

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

4



Atena
Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

4



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 4

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 4 /
Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0634-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.341220310>

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira,
Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Acoletânea Gênero e sexualidade Lugares, história e condições, reúne neste terceiro volume quatro artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PULSÃO E SEXUALIDADE EM FREUD	
Ezequiel Martins Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3412203101	
CAPÍTULO 2	8
“DE MULHERES E POR MULHERES!”: APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS ANALÍTICAS ENTRE TRABALHO DOMÉSTICO, MIGRAÇÃO E REDES SOCIAIS	
Guéimer Júnior Almeida de Faria	
Maria da Luz Alves Ferreira	
Andrea Maria Narciso Rocha de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3412203102	
CAPÍTULO 3	26
INTELIGÊNCIA AO MODO MULHER: PERCEPÇÕES DE MULHERES A RESPEITO DAS MUDANÇAS SOBRE SI MESMAS	
Arlete Salanti	
Carmen Spanhol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3412203103	
CAPÍTULO 4	42
MULHERES-MÃES: SUAS DORES, SUAS LUTAS, SEUS AMORES	
Sandra Andrade Almeida	
Anabela Maurício de Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3412203104	
SOBRE O ORGANIZADOR	63
ÍNDICE REMISSIVO	64

CAPÍTULO 2

“DE MULHERES E POR MULHERES!”: APROXIMAÇÕES E CONVERGÊNCIAS ANALÍTICAS ENTRE TRABALHO DOMÉSTICO, MIGRAÇÃO E REDES SOCIAIS

Data de aceite: 03/10/2022

Guélmér Júnior Almeida de Faria

Universidade Federal da Grande Dourados,
Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e
Direitos Humanos
Dourados-MS
<https://orcid.org/0000-0003-2089-3064>

Maria da Luz Alves Ferreira

Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social
Montes Claros-MG
<https://orcid.org/0000-0001-5240-163X>

Andrea Maria Narciso Rocha de Paula

Universidade Estadual de Montes
Claros, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social
Montes Claros-MG
<https://orcid.org/0000-0003-2586-4043>

RESUMO: As aproximações e as convergências entre migração e trabalho doméstico é uma das dinâmicas mais vinculadas nos fluxos migratórios contemporâneos, originando o que a literatura tem denominado de *feminização da migração*. Em um cenário global, interno ou internacional, mulheres se movimentam e escolhem o trabalho doméstico para a reprodução social da vida, ajustando dinâmicas globais macrosociais com suas próprias travessias individuais. Com foco na temática das redes sociais, o presente artigo tem o objetivo discorrer sobre as relações entre trabalho feminino, trabalho doméstico

remunerado para compreensão das redes sociais no processo migratório. Situa-se brevemente como o trabalho feminino definidor dos papéis de gênero e do desenvolvimento do mercado de trabalho na compreensão da persistência dos serviços domésticos na economia do cuidado contemporânea de organizar, apoiar e reproduzir os projetos migratórios femininos. A metodologia compreende a análise e revisão bibliográfica. Com base nessas discussões, o texto aponta que o diagnóstico permanece inquirindo a lógica do trabalho doméstico remunerado conectado ao fenômeno migratório como convergente de uma “cultura doméstica” e de uma “cultura de migrar”, indissociáveis para muitas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidados. Trabalho doméstico remunerado. Migração. Gênero. Redes Sociais.

ABSTRACT: The approximations and convergences between migration and domestic work is one of the most linked dynamics in contemporary migration flows, giving rise to what the literature has called the feminization of migration. In a global, domestic or international scenario, women move and choose domestic work for the social reproduction of life, adjusting global macro-social dynamics with their own individual crossings. Focusing on the theme of social networks, this article aims to discuss the relationship between women’s work and paid domestic work in order to understand social networks in the migration process. It briefly situates how women’s work defines gender roles and the development of the labor market in understanding the persistence of domestic

services in the contemporary care economy to organize, support and reproduce women's migratory projects. The methodology comprises analysis and literature review. Based on these discussions, the text points out that the diagnosis remains inquiring into the logic of paid domestic work connected to the migration phenomenon as converging a "domestic culture" and a "culture of migrating," inseparable for many women.

KEYWORDS: Care. Paid domestic work. Migration. Gender. Social networks.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo de revisão é discorrer sobre as relações entre trabalho feminino, trabalho doméstico remunerado para compreensão das redes sociais no processo migratório. Situado brevemente como o trabalho feminino definidor dos papéis de gênero e do desenvolvimento do mercado de trabalho que intenta compreender a persistência dos serviços domésticos na economia contemporânea, na organização, apoio e reprodução de projetos migratórios (ABRANTES, 2012).

De fato, pela perspectiva demográfica, a abordagem desses temas tem recebido crescente atenção. A demografia da família se desenvolveu especialmente a partir da segunda metade do século XX e é um campo especializado no estudo do tamanho, composição, organização e dinâmicas familiares. Nesse sentido, a área abarca temas de relevância renovada e emergentes, dentre as quais se destacam as temáticas de gênero e reprodução; conflitos produção/reprodução. Mais recentemente, a demografia tem vindo a pesquisar e aplicar modelos explicativos, no que tange ao trabalho doméstico (GUERRA, 2017; JESUS, 2017), as migrações femininas (ALMEIDA, 2021) e as redes sociais (FARIA, 2020; SOUZA, 2016).

Nesse aspecto, as migrações contemporâneas têm definido em larga medida a grande proporção de mulheres migrantes – *feminização da migração* (MARINUCCI, 2007). No Brasil, esse fenômeno passa por mudanças da escala interna para a internacional, embora, neste estudo, o foco sejam as domésticas internas, há que se considerar o recrutamento de mulheres peruanas, bolivianas e filipinas para os serviços domésticos, o que circunscreve o Brasil na rota dos fluxos migratórios dentro da "globalização dos cuidados" (ANDERSON, 2000; HOCHSCHILD, 2000).

No atual contexto, da pandemia do COVID-19 a reconhecida "crise dos cuidados" assinalada por Abramo e Valenzuela (2016), vem suscitando maior sobrecarga de trabalho e de tensão, a qual se instala nos corpos das empregadas domésticas. São esses mesmos corpos – já vulnerabilizados por baixos salários, longas jornadas diárias de trabalho e de deslocamento casa-trabalho, processos migratórios, assédios no ambiente de trabalho, racismo – os corpos convocados para constituírem a linha de frente do combate à COVID-19 no interior das residências brasileiras.

Procuramos, ainda, mostrar como os mecanismos de redes sociais da migração, baseados em reciprocidade, confiança, troca de informação e indicação na busca por

trabalho são importantes para pensar a sociologia do trabalho doméstico e o contributo da Nova Sociologia Econômica que redimensiona os estudos sobre mercado de trabalho, sob a perspectiva dos estudos de família, estratégias de sobrevivência das migrantes, relações informais no ambiente de trabalho e de formas de resistências.

Diante do contexto de crescente vulnerabilidade e emergência sanitária atrelados ao cenário migratório, busco delinear, em uma sociedade pós-industrial, como mulheres vivenciam o trabalho feminino, duplamente, nas esferas reprodutiva e produtiva, e como ele se define. Na primeira parte, apresento algumas reflexões teóricas sobre como as transformações econômicas e sociais, associadas à globalização, contribuíram para o contexto da externalização do trabalho e a recorrência das migrações no recrutamento de mulheres para o trabalho doméstico. Por fim, exponho como as redes sociais contribuem para determinar a natureza da migração, influenciando a disponibilidade de destinos e as condições de emprego das mulheres migrantes.

TRABALHO DOMÉSTICO: OPORTUNIDADES DE VIDA DESIGUAIS

A posição dentro do mercado de trabalho influencia, segundo Giddens e Sutton (2017), fortemente, as oportunidades de vida das pessoas. Essa vinculação estaria condicionada à classe social a que pertencemos. As análises sobre o trabalho doméstico no Brasil não estariam satisfatórias se negarmos a condição de classe, raça e gênero, marcadores de diferenciação que se mantêm como importantes indicativos objetivos das oportunidades de vida das mulheres.

Brites (2000) utiliza o conceito de reprodução estratificada de Shellee Colen para descrever o modo como as tarefas reprodutivas têm sido distribuídas de acordo com hierarquias de classe, de raça, de grupos étnicos e de gênero. A partir da análise de um contexto específico, o caso de babás caribenhas (em geral, negras), em Nova York, mostra como o conjunto particular de valores familiares seguidos pelas mulheres profissionais da alta camada norte-americana só se sustentam com a ajuda de serviços oriundas dos países pobres. Para Hochschild (2000), trata-se de uma cadeia global de cuidados ou cadeias globais de assistência, são as mulheres pobres do Sul em um extremo que cuida (de forma remunerada ou não) de membros das famílias de uma mulher rica para que ela possa trabalhar.

No Brasil, essa transferência da maternidade é feita com a migração rural-urbana de jovens solteiras sob o véu do apadrinhamento e da “ajuda” para estudar. Nessas práticas de longa duração histórica de “maternidade transferida”, as mulheres atribuem mútuas responsabilidades com o cuidado infantil, legitimada nas lutas feministas. Essa transferência atualiza desigualdades seculares e estrutura as relações da infância feminina, comportando-se de modo geracional. Meninas de 12, 13 anos, começam trabalhando na sua própria cidade ou em cidades vizinhas à sua no interior para, depois, chegarem até

as capitais. Mesmo jovens, quase sempre passam por diversas residências, comprovando a alta rotatividade da ocupação. Na maioria dos casos, a iniciação na atividade se dá por contatos primários: uma amiga que já está na cidade grande ou um empregador originário da mesma cidade da jovem que visita sempre essa cidade, ex-patroas acabam sendo uma espécie de intermediários, criando redes de contatos (MOTTA, 1977).

O trabalho doméstico, enquanto trabalho remunerado, no Brasil, foi conformado, na visão de Ávila (2016, p. 138),

[...] na imbricação das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Uma análise crítica da trajetória do emprego doméstico evidencia que essa relação de trabalho foi tecida pelos fios da dominação e da exploração patriarcal e racista que estão incontornavelmente atados à formação do sistema capitalista.

Assim, gênero e raça são categorias centrais para tratar das oportunidades de vida das mulheres no contexto brasileiro em relação ao trabalho doméstico. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020) no Brasil, há 40 milhões de trabalhadores na informalidade, aproximadamente 13 milhões de desempregados e 5 milhões em desalento. As trabalhadoras domésticas representam, hoje, cerca de 6 milhões de mulheres no Brasil, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras) (PINHEIRO, TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).

Abramo e Valenzuela (2016) citam que, na América Latina, estima-se que existem 17 a 19 milhões de trabalhadoras domésticas, representando aproximadamente 7% da ocupação urbana e regional. Do ponto de vista quantitativo, é a ocupação mais importante para as mulheres da região, concentrando 15,3% do total da força de trabalho feminina.

Em relação às razões estruturais que levam as mulheres a ingressar ainda muito jovens no emprego doméstico, para além das relações de sexo, de raça e de classe, segundo Ávila (2016), é que ele consubstancia como uma possibilidade de ter uma renda para mulheres em contexto de pobreza e também não exige nenhum tipo de qualificação para ingressar neste tipo de ocupação. O acesso ao trabalho doméstico, embora aparentemente pela sua desvalorização, é entendido como de fácil acesso, este não o é. Seu caráter fragmentado, intermitente, imediato e pessoal do trabalho doméstico traz implicações nas relações íntimas do trabalho doméstico por ser exercido em âmbito domiciliar, caracterizando-o por ser complexo e acabando por adquirir contornos para além do mercado habitual de trabalho.

Do ponto de vista da migração, ele tem sido apontado como estreitamente relacionado à história da migração rural-urbana, na Europa ou nos Estados Unidos, desde o século XVIII, ou hoje nos países em desenvolvimento. Hill (1995) aponta que, em muitos países ditos em desenvolvimento, ele é a principal fonte de ocupação das jovens solteiras que migram para as cidades e encontram trabalho como doméstica. A autora chama atenção para uma peculiaridade do trabalho doméstico, que pode ser comum, independente da

época no qual é realizado, é que a maioria das domésticas são recrutadas no campo. Elas eram preponderantemente migrantes do campo para a cidade. A partir, desse fato, surge outra característica comum às empregadas domésticas, sua vulnerabilidade.

Possivelmente, a decisão de migrar dessas jovens solteiras é tomada pela família, depois de cuidadosa consideração, em pedir conselho a membros da família ou parentes que já se encontram nas cidades. Assim, as redes de parentesco facilitam o caminho de tais migrantes solitárias, agenciando a busca de emprego, talvez, alojando-as temporariamente durante a procura por moradia e prontos para ajudá-las nos momentos difíceis (HILL, 1995).

A íntima relação estabelecida “*da porta para dentro da casa*” de uma patroa implica, nas palavras de Brites (2000), no isolamento social, na unidade doméstica entre local de trabalho e moradia no caso da patroa (e também das domésticas migrantes que dormem no emprego), na intimidade que isso implica, além de uma ignóbil falta de regulação social ou estatal que favorece determinadas formas de superexploração. Essas relações mediadas pela interseccionalidade de gênero, classe e raça, na visão de Hill (1995), têm implicações de simultânea proximidade e distanciamento, intimidade e aversão, presentes nas relações entre patroas e domésticas.

Assim, essas contradições geram uma desigualdade estruturante e baseada na dicotomia entre mundo público e privado, ordenada pela diferenciação sexual, tomando por base a divisão social do trabalho nas sociedades industrializadas, nas quais se instalou a separação entre produção e consumo. Portanto, a desigualdade e subordinação feminina devem-se ao seu atrelamento ao trabalho doméstico, identificado com o mundo da casa, da família, da domesticidade e das emoções.

Neste cenário da divisão sexual do trabalho, segundo Paradis e Sarmento (2016), a inserção do trabalho doméstico remunerado está posto no seguinte contexto: fluxos migratórios; implementação das políticas neoliberais, em que os empregos formais diminuem, com as funções de bem-estar, atribuíveis ao Estado, passando a serem resolvidas de maneira privada; bipolarização das ocupações femininas, isto é, enquanto parcela das mulheres se insere no mercado de trabalho, com rendimentos relativamente superiores e com níveis altos de escolaridade, há um contingente de trabalhadoras informais, ganhando baixos salários e em setores precários; falta de opções públicas para conciliação entre trabalho e família.

As oportunidades de vida para muitas mulheres, vindas das zonas rurais de municípios menores para os grandes centros urbanos podem ser vistas através da mercantilização das tarefas domésticas e do cuidado. Ramos (2014) afirma que estas atividades estão cada vez mais associadas às mulheres migrantes, demandando uma transferência geracional nas redes sociais de apoio entre as mulheres, o que compele a uma guetização do trabalho doméstico como eterno refúgio feminino.

Para tanto, dois conceitos são inegavelmente indispensáveis para a compreensão das oportunidades de trabalho e vida das domésticas: estigma (GOFFMAN, 1980) e *habitus*

(BOURDIEU, 1989). O estigma opera nas marcas de diferenciação das domésticas, seja pela condição de ser mulher (gênero), negra (raça) ou pobre (classe). Goffman (1980) define estigma com base nas relações de hierarquia entre estigmatizados e não estigmatizados, considerando as relações *face-a-face* entre os representantes dos dois grupos. Nesse sentido, “o sociólogo trabalha com a ideia de papéis socialmente construídos, e não necessariamente com situações concretas. Já Norbert Elias e John Scotson, por sua vez, veem a ideia de estigma no campo das relações de poder, na qual *estabelecidos* e *outsiders* se enfrentam” (FREITAS, 2009, p. 211).

E o *habitus*, na interiorização (disposição relacional no espaço social) e na subjetivação (capacidade de gerar boas escolhas para a prática do jogo). Segundo Pierre Bourdieu (1989), possibilita explicar como se produzem as estratégias para se adaptar às regras do jogo. Entende-se *habitus* “como uma estrutura mental e uma lei tácita da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, como princípio de geração de práticas e de representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem que, por isso, sejam produto da obediência as regras” (FÉLIX, 2010, p. 24).

Nesse sentido, como exemplifica Freitas (2009), fica patente que as relações vividas entre patroas e trabalhadoras domésticas, veladas pelos muros da privacidade, representam um local por excelência da vivência entre “normais” e estigmatizados, estabelecidos (patroas) e *outsiders* (domésticas). Representa-se uma hierarquização no plano microssociológico – segundo esta análise, uma hierarquização baseada em raça, classe e gênero na qual se torna um diferencial nas interações ocorridas no ambiente do trabalho doméstico – e colocam-se grupos com identidades sociais diferentes em situações de conflito.

O *habitus*, na visão de Félix (2010, p. 24), “conecta-se com o cenário diário em que as empregadas domésticas constroem e reproduzem estratégias para se adaptar às diferentes situações vivenciadas nos seus ambientes familiares, ou até mesmo na *casa dos outros*”. Desse modo, o conceito de *habitus* permite compreender como domésticas migrantes constroem determinadas práticas e posições dentro das situações de trabalho, para facilitar sua adaptação às situações cotidianas de interação com as pessoas de uma família estranha, ou, em caso de inadaptação, procurar outro trabalho, já que no trabalho doméstico tem-se uma rotatividade elevada dos postos de trabalho. Igualmente, o *habitus* oferece uma estratégia alternativa para alterar a posição das domésticas migrantes dentro das suas próprias famílias, contribuindo para a transformação da ação social, da mobilidade, a permanência, a ruptura ou as transformações das relações de trabalho doméstico (FÉLIX, 2010).

Um dos ajustes sociais estabelecidos para dar oportunidades de vida e trabalho para as domésticas migrantes é a inclusão do trabalho doméstico remunerado como política pública com a implementação da Emenda Constitucional nº. 72, em 2013, e,

em seguida, da lei que regulamenta seus dispositivos, a Lei Complementar nº. 150 de 2015. Essa legislação é o principal suporte para a política pública do Trabalho Doméstico Cidadão¹ que é uma ação governamental em diversas frentes, cujo objetivo é valorizar o trabalho e a trabalhadora doméstica. Mas, mesmo com avanços legislativos recentes, o trabalho doméstico ainda carrega os estigmas da precariedade e da informalidade. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), somente quatro em cada dez empregadas domésticas estavam protegidas socialmente diante dos novos cenários de direitos, ou seja, em 2014, somente 30% da categoria possuía carteira de trabalho assinada, embora 40% tenha afirmado contribuir para a Previdência Social.

Essa realidade gerou uma nova morfologia do trabalho doméstico que é a “diarização”. Fraga (2010) chamou atenção para os motivos que levaram as empregadas domésticas a se “diarizar”. Segundo ele:

O empobrecimento da classe média, que parece não conseguir reproduzir mais a mesma relação com o trabalhador doméstico que as gerações anteriores conseguiam; a diminuição do tamanho das famílias, com cada vez menos filhos, reduzindo a necessidade da contratação de serviços para todos os dias do mês; o crescimento do número de domicílios unipessoais, ou seja, de pessoas morando sozinhas; a eliminação dos custos que acompanham o vínculo empregatício; e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, inclusive de mulheres casadas, com filhos e com menor poder aquisitivo, que veem na contratação de uma diarista a possibilidade de conseguirem articular trabalho e cuidados, delegando estes a um tipo de trabalhadora que caiba no orçamento familiar (FRAGA, 2010, p. 153).

Esse processo é também visto, na perspectiva do *habitus*, nas domésticas sobre como adquirir mais controle das atividades realizadas, aumento de renda mensal, flexibilização dos dias trabalhados, disponibilidade do cuidado com suas famílias e das horas semanais trabalhadas. Entretanto, tais estratégias devem ser compreendidas dentro de um contexto social em que pesam sobre as domésticas diferentes motivações. Ela é, para Bourdieu (1990, p. 81), “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde ao longo dos anos, participando das atividades sociais”.

Independentemente da motivação ou das circunstâncias que levaram as trabalhadoras a assumirem o trabalho doméstico na forma de diaristas, o fazem ao custo de renovar a sua condição de desproteção social, selando a falta de oportunidades de vida e trabalho decente e legitimando o burlamento da lei e impelindo que se faça a fiscalização do trabalho doméstico em condições dignas e emergindo uma subcategoria de posto de trabalho às margens do mercado de trabalho.

Giddens e Sutton (2017) exemplificam que embora as pessoas não se vejam

1 O Programa Trabalho Doméstico Cidadão foi desenvolvido como experiência piloto, no período de 2005-2007, a partir de uma iniciativa de concentração social envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Secretaria Especial de Política Pública para Mulheres (SPM), a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

como pertencentes à classe trabalhadora, aqui no caso, as domésticas, a classe em que nascemos é um forte determinante de nossas oportunidades de vida. No caso das domésticas, oportunidades de vida desiguais se perpetuam e se reproduzem. O trabalho realizado pelas mulheres nos dá boa medida para analisar as imbricadas relações de desigualdades e oportunidades.

“POR MULHERES!”: AS REDES SOCIAIS

Pensando na ideia de redes, Faria (2019) realizou oficinas com empregadas domésticas migrantes e o ponto de partida da primeira dinâmica foi a que denominou de “Dinâmica da rede”. Cada participante, munida de um rolo de barbantes, apresentava-se e dizia de onde veio, em que trabalha e em que já trabalhou; idade, se é casada ou solteira e se possui filhos(as); e lançava o rolo para uma participante indicada segurando uma ponta do rolo de barbante. Nesse momento, ficou visível a trama do rolo dos barbantes e foi-se questionando o que aquele emaranhado representava:

Hortência: Mostra a diferença entre as pessoas...

Rosa: Me mostra uma equipe, unida!

Violeta: É um conjunto de pessoas, onde cada um tem suas funções.

Magnólia: É a união de todas aqui reunidas!

Margarida: São pontos que se cruzam formando a união das pessoas.

A rede foi vista tanto na perspectiva do seu significado quanto da sua função ou suporte. Assim, tinha-se a visão do grupo, de uma rede de relações, caracterizada pela proximidade e intimidade do momento da oficina e também pelo suporte que cada participante poderia oferecer a cada uma. Com a representação da rede, evidenciaram-se três situações. Primeiro, a ideia de relação foi captada pelas participantes da oficina. Em segundo lugar, algo metafórico, não-material, mas que está posto e pode ser útil ou não. E finalmente, como aponta Portugal (2014), o imaginário coletivo, ou memória, que reconstitui identidades e identificações essenciais para o seu funcionamento, pois, para as domésticas, inseridas em redes, a potencialidade das relações sociais se ampara no seu acionamento e aproveitamento.

A crescente mobilidade espacial, ocorrida com a globalização e a maior integração entre as regiões, tem favorecido homens e mulheres a migrarem. Isso permite que os(as) migrantes possam fugir, ou se afastar de locais de poucas oportunidades ou de discriminação, e buscar novos caminhos, novos horizontes, onde possam conquistar uma maior autonomia, independência social e financeira. Ao reconstruir laços afetivos e novas redes sociais no país receptor, o imigrante enfraquece cada vez mais a possibilidade de um retorno ao país de origem e se torna um novo ponto de referência aos novos imigrantes que chegam. Nesse sentido, mulheres tornam-se uma referência importante dentro das redes

sociais (DINIZ, 2009).

Para Oswaldo Truzzi (2008, p. 203) as redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”. Outra definição acentua algumas das funções sociais das redes, ao defini-las como “agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos” (TRUZZI, 2008, p. 203).

Trata-se de uma imbricada rede de pertencimento, sociabilidade e pertencimento capaz de dar sentido a ações sociais através da territorialização, seja no arranjo, na passagem ou permanência no lugar de destino, ou seja, contribuindo para a adaptação, integração ou definindo a posição do(a) migrante. Castles (2005), evidencia a importância que as mulheres exercem nos processos de formação, manutenção e conteúdo das redes sociais, sendo muitas vezes a ponte do agregado familiar, geralmente, as primeiras a iniciar o movimento migratório, articulado com suas próprias redes.

Dessa forma, a migração ancorada pelas redes sociais extrapola a perspectiva teórica de escolha racional individual para ser encarada como estratégia de grupos familiares, de amizades, de conterrâneos e vizinhança, dos quais as mulheres são protagonistas ativas. As migrações contemporâneas podem ser vistas como processos cada vez mais contínuos, mais intrincados, fomentadores de novas relações familiares e de gênero e motivados nem sempre por razões econômicas². Assim, a rota migratória estaria mais ligada onde podem contar com o apoio de suas famílias e de redes de trabalho e sociabilidades mais consolidadas.

A importância das redes sociais, auferida por Tilly (1990), é que elas são dinâmicas e constantemente envolvem relações sociais organizadas e direcionadas ao fluxo de informação, emprego e produtos entre comunidades emissoras e receptoras de migrantes. Elas reduzem, simultaneamente, riscos e custos econômicos e psicológicos associados à migração. Há um ponto crucial para o entendimento das redes sociais ativadas por mulheres, para o que Durham (1984) chamou a atenção. Trata-se de uma assistência informal à integração de migrantes na sociedade de destino. Para ela, migrantes de origens rurais para a cidade, em geral, são analfabetos, não têm documentos, mas podem contar com parentes e amigos(as) para seu ajustamento, o que o gera dependência de laços pessoais.

Ao propor que as redes sociais são: *por mulheres!*, estamos concordando com Assis e Siqueira (2002), que explicam as relações de gênero nos processos migratórios tendo

² Essa perspectiva tende a dissociar a migração de seus aspectos econômicos e dar visibilidade às intrínsecas relações de gênero, etnia/raça, redes sociais muitas vezes pormenorizadas nas teorias clássicas das migrações.

por base o parentesco e a origem comum. Parentesco³ e mobilidade estão intrinsecamente relacionados, mesmo que seja para fazer do deslocamento um mecanismo de estratégia de reprodução familiar. Assim, também a polarização da ajuda mútua se concentra nas mulheres. Portugal (2014) chama a atenção para as funções de amigos(as) e parentes, com os(as) primeiros(as) exercendo papel de apoios materiais e serviços, e o segundo, estabelecendo-se pelas sociabilidades, nas conversas, nas trocas de informações, nas cumplicidades e nos afetos.

Assis (2007) evidenciou como migrantes mexicanos/as, chineses/as, salvadorenses/as ou de outros grupos étnicos, os/as emigrantes brasileiros/as, nos Estados Unidos, fizeram uso das redes de acordo com as normas de parentesco e de gênero estabelecidas em cada grupo. A tentativa foi compreender como as redes sociais configuram-se, articulam-se e modificam-se perpassadas pelos atributos de gênero e parentesco. Para a autora, as mulheres tanto utilizam quanto fornecem recursos para a manutenção das redes sociais. Elas assumem postura de articuladoras derivadas de uma certa autonomia adquirida em função da feminilidade e das relações afetivas, muito presentes na condição de “domésticas”. Igualmente, Pessar (2000) faz críticas ao fato de que muitos autores não relacionam o acesso dos indivíduos às informações das redes sociais, e as trocas que nelas ocorrem, como sendo direitos e responsabilidades angariados pelas relações de gênero e pelas normas de parentesco.

Mulheres são as principais responsáveis pela circulação de informação nas redes sociais e pela preservação dos laços com o local de origem. Esta foi a conclusão a que Assis (2007) chegou ao estudar famílias de migrantes de Criciúma/ SC para os Estados Unidos. Os padrões de migração, as normas e a manutenção das obrigações familiares passam por uma rede de mulheres que capilarizam e socializam as informações do local de destino.

No processo migratório, Goza (2003) diz que a importância das redes está em providenciar informações gerais, apoio financeiro para facilitar a mudança, assistência com despesas e acomodação iniciais, assegurar emprego, encontrar habitação, apoio psicológico e a manutenção dos laços com a distante comunidade de origem. Estas evidências sinalizam que as redes seletivas podem determinar seu efeito na emergência e no crescimento das redes sociais de apoio. Ao abordar os recursos disponíveis, tratados pela noção de capital social que circulam nessas redes, Piselli (1998) remeteu às obrigações recíprocas oriundos dos auxílios prestados, na circulação, na fixação da residência e na reprodução do grupo étnico (identidade).

3 Há uma discussão teórica em torno do conceito de “parentesco”, ora tendendo para os aspectos biológicos com antropólogos baseados numa pressuposição ocidental de proeminência da biologia e dos fatos tidos como naturais da reprodução humana, ora para um conceito de “relacionalidades”, como proposto por Carsten (2000), da dimensão do vivido, do produzido pela comum-idade, troca de nomes e pelas amizades. Em nosso contexto de pesquisa, adotamos de forma consciente que estão presentes tanto os laços consanguíneos quanto as relações das redes produzidas durante e após o processo migratório, podendo ser ligado a uma família extensa, ampliada ou multigeracional, no qual entram não apenas o grupo estrito de parentesco, mas amigos(as) e vizinhos(as) com quem se relacionam.

No entanto, Portes (1999) refere-se às redes sociais como dependendo das características das suas redes e das posições pessoais no interior delas. Indivíduos podem ser capazes de mobilizar uma quantidade significativa de recursos, de evitar um controle apertado do seu comportamento egoísta ou, pelo contrário, pode encontrar-se estreitamente condicionado pelas expectativas impostas pelo grupo.

Em outro sentido, as redes podem também ter mecanismos de controle de comportamento. Migrantes internas, vindas do campo para a cidade, por exemplo, têm que aprender novos códigos, novas posturas e outros mapas simbólicos para transitar na sociedade receptora. Acabam por se confinar a uma rede restrita, fechada e isolada. São as redes encapsuladas, termo cunhado por Francesca Decimo (1998), sobre mulheres somalianas imigrantes em Nápoles, na Itália. Para ela, as redes são fechadas em si dentro de um ambiente urbano, onde as imigrantes percebem a cidade como “estranha”. Esse estudo das redes opera na deslocação decisiva do nível das formas para a dinâmica da interação, insistindo na variabilidade dos padrões e práticas sociais observadas em termos de configuração dos movimentos e as mudanças registradas nas redes.

Redes com laços fortes são estabelecidas nas obrigações recíprocas, permitindo trocas intensas, tendo como o objetivo principal a satisfação das necessidades dos seus membros. Segundo Portugal (2014), são redes concentradas no parentesco restrito, em que o familismo é forte⁴. Geralmente, estão centradas em pessoas com baixa qualificação, residentes em áreas rurais e periurbanas. Majoritariamente compostas por pessoas do sexo feminino, com baixos níveis de escolaridade, ocupando empregos sem qualificação, que fazem circular a informação, administram a prestação das dádivas e gerem as sociabilidades e os momentos de celebração familiar.

Nesta análise, a lógica como Granovetter (1973) pensa as redes, pelo seu caráter dos laços (conteúdos) que circulam, oferecem boas reflexões para pensarmos as redes sociais *por mulheres*. Para o autor, os laços fracos estabelecem o acesso a universos sociais diversificados e a uma maior variedade de informações influenciando as trajetórias das mulheres. Assim, a informação circula melhor quando se recorre a “laços fracos”, isto é, no interior de redes pouco densas, mas com diversos contatos, como é o caso entre amigos não íntimos e conhecidos. O recurso a “laços fortes”, característicos de redes relacionais muito densas – como amigos íntimos e familiares, por exemplo –, conduz a um “fechamento” que não favorece à propagação da informação.

Estas redes de mulheres domésticas migrantes têm caráter antagônico, pois, ao mesmo tempo em que a rede funciona como uma inserção no trabalho e na própria comunidade de destino, tem caráter fechado, encapsulado, que obscurece a novas

4 O conceito da sociedade portuguesa, traduzido por Sílvia Portugal, está relacionado à família como esfera de proteção social. Isto implicaria no espaço doméstico como dom de trocas e solidariedades primárias. No Brasil, o familismo sofreu impacto com a política neoliberal de transferência de promoção do bem-estar do Estado para o mercado. Assim, adotamos neste estudo que o familismo se refere à capacidade das famílias subordinadas as mulheres em prover seu bem-estar social.

relações sociais com sujeitos que lhes são exteriores, dificultando transpor a categoria doméstica. Ou seja, os contatos não parecem suficientes para fazê-la ingressar em outro nicho do mercado de trabalho. Por um lado, poucas são as pessoas do seu círculo de relações que têm ligação com outras áreas, sendo muito parecidas com ela do ponto de vista socioeconômico. Logo, Guimarães *et al.* (2011, p. 142-143) concluem dizendo que,

O recurso a redes pode dar acesso e/ou reter indivíduos tanto em trajetórias de estabilidade, quanto em trajetórias vulneráveis. Não há elos virtuosos e prévios entre características das redes (ou dos atributos), por um lado, e os resultados (ou logros) individuais no mercado de trabalho, por outro. Por exemplo, como mesmo o localismo pode alavancar, ou atravancar, a qualidade da inserção ocupacional. As estruturas (de oportunidades e de relações) criam constrangimentos, e estabelecem os graus de liberdade em que os indivíduos se movem. Entretanto, o modo pelo qual esses circuitos de relações são construídos e acionados está ancorado nas representações construídas pelos indivíduos com respeito ao que foi vivido em suas trajetórias, por um lado, e ao que esperam para si no futuro imediato, por outro. Tais representações lhes dão as boas razões para que teçam (ou não) certas relações e para que as acionem (ou não) em benefício da obtenção de trabalho.

A configuração da rede social dessas mulheres se vale das suas esferas de sociabilidade originárias da migração e do trabalho. Os vínculos primários de vizinhança ou família atenuam o confinamento em redes menos alargadas. Desse modo, observa-se uma *guetização* do trabalho doméstico sem lograr êxito em novas ocupações, e do ponto de vista dos atributos, a condição de mulher, negra, pobre e migrante confere dificuldades de transpor a categoria doméstica conseqüentemente tornando-se estas mulheres vulneráveis. Uma vez iniciado o movimento migratório, Diniz (2009) pontua que se cria uma teia de laços à distância, fazendo com que a migração se torne menos onerosa, reduzindo as incertezas e os perigos. Mas, também pode-se verificar uma imobilidade social que perpassa todo o universo feminino, como a estigmatização do ser doméstica e migrante.

As contradições impostas pela abordagem das redes sociais são destacadas por Carleial (2004) como sendo não contrariada pela cultura migratória, revelada nos textos e nas imagens dos discursos populares, técnicos e acadêmicos, que expulsam o habitante, não valorizam a permanência fora, e apelam para o retorno, num movimento cíclico, permeado de significados contraditórios. As redes sociais entre imigrantes atuam dentro deste circuito cultural, reforçando o êxodo, evidenciando as situações vulneráveis no destino e interferindo para que a acumulação de capital social ocorra, mas não mantenha preso a imigrante, permitindo a sua volta ou a realização de seus objetivos. Assim, materializa-se esta cultura transformando o processo migratório individual ou de grupos em estratégia de sobrevivência e de capitalização/acumulação social ou econômica, transferida para o local de origem em remessas financeiras ou de pessoas e bens materiais.

A abordagem por redes, na visão de Piselli (1998, p. 117), “permite delinear a morfologia e o conteúdo (material e simbólico) da esfera relacional feminina, bem como analisar a

experiência feminina enquanto centro da rede relacional”. Simbolizada pela migração de famílias rurais, essas redes sociais, exemplifica Nogueira (2010), são construídas e reconstruídas por familiares que partem e os que ficam e atuam como possibilidades de outras mobilidades virem a acontecer, que também lhes facilitam a arregimentação para trabalho e, principalmente, lhes oferecem um conforto afetivo para superarem as saudades de casa. Igualmente, os deslocamentos e as redes suscitam outra prática recorrente, a troca de bens entre familiares que se encontram em diferentes posições da rede, formada e reformada nos repetidos movimentos migratórios na origem.

Ainda que a exclusão digital se apresente como definidora do isolamento e falta de acesso a direitos trabalhistas, Valenzuela, Scuro e Vaca Trigo (2020) demonstram que na América Latina tem se intensificado o uso das redes sociais digitais. Segundo as autoras o aumento da conectividade que as migrantes estão acessando através do desenvolvimento de tecnologias digitais tem impactado positivamente na experiência de migração das mulheres. A conectividade digital é um elemento central na vida das migrantes. Ter maiores fluxos de informação sobre a sociedade de destino ajuda-as a tomar uma decisão informada, enquanto a possibilidade de enviar e receber mensagens, fazer chamadas de vídeo, transferir dinheiro, permitem que estejam conectadas diariamente com suas famílias, transformando a relação de longa distância em uma relação de proximidade e vida diária (VALENZUELA; SCURO, VACA TRIGO, 2020).

A INTERNETLAB - Rede Conhecimento Social (2018), fez uma pesquisa em São Paulo com domésticas sobre o papel das tecnologias digitais na vida de mulheres trabalhadoras domésticas. O relatório da pesquisa aponta que há ainda uma grande barreira a ser transposta em relação a gênero e tecnologias de informação e comunicação, falta de engajamento e até conhecimento sobre grupos de domésticas. 50% delas não têm acesso ao *wifi* na casa dos patrões; a utilização das redes se dá primordialmente para comunicação (com a família, em grande parte dos casos, mas também com patrões e outras pessoas), e o recurso mensagem de voz tem um papel maior para pessoas com menor escolaridade (INTERNETLAB, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, o trabalho doméstico vem sendo responsável por compor boa parte da ocupação de mulheres, no Brasil, tem sido visto como oscilante no mercado de trabalho, ora tendendo para a provisão dessa força de trabalho, ora retraindo-se. Inegavelmente, o que observamos é o trabalho doméstico como a principal fonte de ocupação de mulheres, sobretudo negras, rurais, que migram para os centros urbanos. Tendo raça, escolaridade e renda como variáveis preponderantes das oportunidades desiguais, a maioria é de mulheres negras e menos escolarizadas. Ao atrelar o trabalho doméstico ao fenômeno migratório, podemos afirmar que se trata da convergência de uma “cultura doméstica” e de

uma “cultura de migrar”, indissociáveis para muitas mulheres.

Por um lado, o contexto atual em que foi feito este estudo é o de regressão dos direitos trabalhistas, mesmo com a regulamentação do trabalho doméstico no Brasil. A agenda reformista e a diminuição de acesso dessas mulheres a programas sociais têm comprometido a situação dessas domésticas, que se veem obrigadas a aumentar sua carga horária. Além disso, com o reconhecimento da categoria como algo ainda incipiente, enfrentam o individualismo e a estratificação social, confinadas em nichos laborais pouco valorizados e naturalizados como femininos, que revela não só o caráter sexista, mas também classista da situação das domésticas migrantes. Por outro lado, as redes sociais se fortificam, pois, é necessário mais apoio e maior compreensão do fenômeno pelas mulheres. Portanto, o momento piora e afrouxa as relações de trabalho ao mesmo tempo em que as redes fortalecem as relações de solidariedade e ajuda mútua.

Entre o desejo coletivo do sonho de “melhoria de vida” e o desejo individual da melhoria da vida da família, as mulheres se juntam em seus locais de origem e destino em busca de trabalho, recriando espaços de sociabilidade nos lugares de destino, erigidos pela dádiva e reciprocidade para as que foram, as que vêm e as que virão.

Enfim, as aproximações e convergências entre trabalho doméstico, migração e redes sociais demanda esforços analíticos nas discussões das relações de gênero, de raça, da colonialidade e na própria concepção de “escravidão doméstica contemporânea”. Especialmente no Brasil, em que mulheres têm sido resgatadas de trabalhos análogos à escravidão, pensar as heranças, as marcas, as discriminações, os abusos, as explorações e até violências inerentes à condição de pobreza e vulnerabilidade das mulheres migrantes internas e das internacionais que aportam nas cidades em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, cujas redes sociais de apoio representam e reconstróem seus sentidos na trama de suas vidas.

Ao final do artigo, pelo viés da demografia reforçam-se que novos estudos sejam realizados, com propostas pontuais para a coleta de dados e empiria. Do lado teórico, é assinalada a importância de três perspectivas: não considerar apenas as exterioridades econômicas na tomada de decisão na esfera da família sobre a migração de mulheres e meninas; há uma necessidade de se revisar a teoria da Redes Sociais, especialmente no que concerne ao parentesco e a “cultura migratória” e suas relações com a família; e a necessidade de uma maior incorporação entre estudos demográficos - o trabalho do *care* (cuidados, trabalho doméstico) que são essencialmente (re)produzidos numa concepção naturalizada de gênero com a feminização dos circuitos de sobrevivências - e as teorias feministas emergentes.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L.; VALENZUELA, M. E. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado Na América Latina: uma repartição desigual. In: ABREU, A. R. P; HIRATA, H.;

LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ABRANTES, M. A densidade da sombra: trabalho doméstico, gênero e imigração. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 70, p. 91-110, 2012.

ALMEIDA, V. **Sistemas de gênero nas migrações internas do Brasil entre 2002 e 2015 2021**. 136 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional., 2021.

ANDERSON, B. **Doing the dirty work?** The global politics of domestic labour, Londres; Zed Books, 2000.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e Migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 15, v. 3, p. 745- 772, set./ dez. 2007.

_____ ; SIQUEIRA, Sueli. Mulheres emigrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos. **REMHU**, Brasília, v. 16, pp. 25-46, 2009.

ÁVILA, M. B. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Brasiliense: São Paulo, 1990.

BRITES, J. **Afeto, Desigualdade e Rebelião**: bastidores do serviço doméstico. 239 f. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

CARLEIAL, A. Redes sociais entre imigrantes. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2004. p. 1-12.

CARSTEN, J. "Introduction: cultures of relatedness." In: J. Carsten (ed.), **Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship**. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-36, 2000.

CASTLES, S. **Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais**. Lisboa: Edições Fim de Século, 2005.

DECIMO, F. Living the city the urban integration of Somali women in Naples. In: FERREIRA, V.; TAVARES, T.; PORTUGAL, S. (orgs.). **Shifting bonds, shifting bounds women, mobility and citizenship in Europe**. Oeiras: Celta Editora, 1998. p. 253-259.

DINIZ, E. C. C. Migração Feminina e Rede Social: Brasileiras em Lisboa (Portugal). In: I Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2009, Curitiba. Sociedade e Política em Tempos de Incerteza. **Anais...** Curitiba, 2009.

DURHAM, E. R. **A caminho da Cidade**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FARIA, G. J. A. “**Uma mais uma é sempre mais que duas**”: configurações e dinâmicas das redes sociais das domésticas migrantes. 292 f. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2019.

_____. Redes sociais das/nas migrações tecidas em contexto de vida e trabalho de domésticas migrantes. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 14–52, 2020. DOI: 10.36449/rth.v24i2.24901. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/24901>. Acesso em: 12 maio. 2022.

FÉLIX, José Fontes. **O trabalho doméstico de adolescentes**: naturalização da exclusão e submissão. 111 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FRAGA, A. B. **De empregada a diarista**: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado. 173 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FREITAS, J. B de. Estigma racial e emprego doméstico. In: VIEIRA, V. R.; JOHNSON, J. (orgs.). **Retratos e Espelhos. Raça e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos**. Vol. 1. São Paulo: FEA/USP, 2009. p. 201-224.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio De Janeiro: Zahar, 1980.

GOZA, F. Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos. In: MARTES, A. C. B.; FLEISCHER, S. (orgs.). **Fronteiras Cruzadas etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GRANOVETTER, M. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-41, jan./jun. 2007.

GUIDDENS, A.; SUTTON, P. W. **Conceitos essenciais da Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho *docare* no Brasil, França e Japão. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 151-180, jan./ jun. 2011.

GUERRA, M. F. L. **Trabalhadoras domésticas no brasil**: coortes, formas de contratação e famílias contratantes. 150 f. 2017. Tese (Doutorado em Demografia), Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

HILL, B. Algumas Considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do Século XVIII e no Terceiro Mundo de hoje. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 14, p. 22-33, set. 1995.

HOCHSCHILD, A. R. Global care chains and emotional surplus value. In: Giddens, A.; Hutton, W. (eds.). **On The Edge Living with Global Capitalism**. New York: Random House, 2000. p.130-146.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INTERNETLAB. **Rede Conhecimento Social. Domésticas conectadas:** acessos e usos de internet entre trabalhadoras domésticas em São Paulo. São Paulo, 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota Técnica**, n. 60 – PNAD, 2014. Breves Análise. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=64. Acesso em: 03 mai. 2017.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil:** uma análise de produção, consumo e transferência. 2018. 120 f. Tese (Doutorado em Demografia) Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MARINUCCI, R. Feminização das migrações? **REMHU**, Brasília, v. 15, n. 29, jun./ dez. 2007.

MOTTA, A. B. da. **Visão de mundo da empregada doméstica:** um estudo de caso. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pós-graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1977.

NOGUEIRA, V. S. **Sair pelo mundo.** A conformação de uma territorialidade camponesa. 283 f. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PARADIS, G. C.; SARMENTO, R. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos Midiáticos sobre o trabalho de mulheres. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 83-94, jul./ dez. 2016.

PEREIRA, E. M. M. **Mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal** – Um estudo de caso no Bairro Vale de Chicharos. 217 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais) – Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

PISELLI, F. Mulheres migrantes: uma abordagem a partir da teoria das redes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 50, fev. 1998.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. **Vulnerabilidades da Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 No Brasil.** Nota Técnica n. 75, junho 2020. IPEA: Brasília-DF. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

PORTES, A. **Migrações internacionais origens, tipos e modos de incorporação.** Oeiras: Celta Editora, 1999.

PORTUGAL, S. **Famílias e Redes Sociais ligações fortes na produção de bem-estar.** Coimbra: Edições Almedina, 2014.

RAMOS, N. Gênero, identidade e maternidade na diáspora. In: SIMA, M.R.N. (org.). *A vez e a voz da mulher: relações e migrações.* VI Congresso Internacional, 6, 2014, Ponta Delgada, Portugal. **Anais...** Ponta Delgada, Portugal, 2014.

SOUSA, L. G. **Redes sociais, mercado e cultura migratória:** um estudo sobre fatores associados à mobilidade populacional na microrregião de Governador Valadares no século XXI. 154 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

TILLY, C. "Transplanted networks". In: YANS-McLAUGHLIN, V. (ed.). **Immigration reconsidered**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, jan. / jun. 2008.

VALENZUELA, M. E., SCURO, M; L., VACA TRIGO, I. "**Desigualdad, crisis de los cuidados y migración del trabajo doméstico remunerado en América Latina**", serie Asuntos de Género, N° 158 (LC/TS.2020/179), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autoconhecimento 26, 32, 33, 34, 35, 39

Autoestima 26, 35, 39

C

Cuidados 8, 9, 10, 14, 21, 25, 42, 49, 51

E

Estereótipos 26, 29, 32, 34, 35, 39

Ética 30, 42, 43, 58, 59, 60, 61, 62

G

Gênero 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 42, 55, 60, 61, 62

I

Inteligência ao modo mulher 26, 27, 28, 30, 31, 33, 38, 39

M

Migração 8, 9, 10, 11, 16, 17, 19, 20, 21, 22

Mudança de atitude 26, 34, 39

P

Psicanálise 1, 5, 6, 7, 63

Pulsão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 29

R

Redes sociais 8, 9, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 32

S

Saúde 31, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Saúde da mulher 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 58, 60, 61

Sexualidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 45, 48, 54

T

Trabalho doméstico remunerado 8, 9, 12, 13, 22, 23

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

4




Atena
Editora
Ano 2022

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GÊNERO E SEXUALIDADE: Lugares, história e condições

4

